

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE MINAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JÉSSIKA PAOLA DE SOUSA

**UMBANDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

OURO PRETO

2019

JÉSSIKA PAOLA DE SOUSA

## UMBANDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Arquitetura e Urbanismo.  
Orientador: Tito Flávio Rodrigues de Aguiar

OURO PRETO

2019

UFOP  
Universidade Federal  
de Ouro PretoMINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Escola de Minas  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 10 de julho de 2019, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP, intitulado: **UMBANDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**, do aluno(a) **JESSIKA PAOLA DE SOUSA**.  
Compuseram a banca os professores(as) **TITO FLÁVIO DE AGUIAR, SULAMITA FONSECA LINO, ANA PAULA SILVA DE ASSIS**. Após a exposição oral, o(a) candidato(a) foi argüido(a) pelos componentes da banca que reuniram-se reservadamente, e decidiram, APROVADO - LA, com a nota 8,5.

  
Orientador(a)  
Avaliador 1  
Avaliador 2

A minha família pelo apoio incondicional.

Ao meu orientador pela paciência e grandes ensinamentos.

A todos, *Axé!*

“Esperar, considerar e recordar são componentes de qualquer atitude humana. E, assim, herança e memória têm de ser consideradas pelo valor que contêm, devendo ser defendidas e preservadas em ligação direta com a vida. Não faz sentido encarar a memória como uma realidade congelada ou paralisada”

Guilherme d’Oliveira Martins

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e todos os meus guias que me auxiliam em todas as jornadas dessa vida.

Ao meu orientador, professor Tito Flavio, pelas orientações, por toda a paciência e pela confiança no meu trabalho.

À minha mãe e irmã, Adenísia e Jacqueline, que sempre foram minha inspiração e força, dedico esse trabalho.

À Giulia, sou grata por todo apoio, incentivo e cuidados.

Aos pais Geninha e Zequinha que me permitiram adentrar em sua casa, conhecer e tentar transmitir ao menos um pouco do que representam, e me auxiliaram, não só nesse trabalho, como na vida.

A todos que de alguma forma contribuíram para a concretização desse trabalho e que me ajudaram a seguir em frente e acreditar.

## RESUMO

A Umbanda é uma religião afro-brasileira que canaliza tradições religiosas de origem africana com o catolicismo e o espiritismo, formada no início do século XX na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Confundida muitas vezes com o Candomblé e a Quimbanda, ela possui princípios, ensinamento e rituais que a diferencia das demais. Haja vista a necessidade de preservação dos seus rituais e locais sagrados, inseridos no meio urbano, esse trabalho tem por finalidade registrar tais rituais e práticas apresentando sua relevância como patrimônio cultural imaterial da humanidade, com foco na cidade de Ouro Preto/MG. Sabendo que o registro é um importante instrumento técnico para reconhecimento e preservação, além da possibilidade de diversas aplicações, nesse trabalho propõe-se o registro das práticas do Centro Espírita Três Poderes, localizado em Ouro Preto, MG. Para isso foram levantadas informações históricas para compreender as práticas em relação à cidade e à comunidade, e estudado o conceito de patrimônio cultural para abranger as atuais apropriações e significações da Umbanda. Também foi realizado um levantamento/estudo de caso do objeto em questão. O resultado consiste na reunião e sistematização de informações, de modo a divulgar a importância do local e suas práticas como detentor de significados ao longo do tempo.

**Palavras-Chaves:** Umbanda; Patrimônio Cultural; Registro; Ouro Preto.

## ABSTRACT

Umbanda is an afro-brazilian religion that channels religious traditions of African origin with Catholicism and Spiritism, founded in the beginning of the 20th century in the city of Niterói, Rio de Janeiro. Often mistaken with Candomblé and Quimbanda, it has principles, teachings and rituals that differentiate it from them others. Due to the necessity of preserving its rituals and sacred places, within the urban environment, the present paper aims to register those rituals and practices showing its relevance as Intangible Cultural Heritage, focused in the city of Ouro Preto, MG. Knowing that the register is an important technical instrument to recognize and preserve, besides having several applications, the purpose of the present work is registering the routine from Centro Espírita Três Poderes, located in Ouro Preto, MG. To achieve this historical informations have been gathered to comprehend the practices concerning the city and the community, and cultural heritage definition was investigated to cover the current context of Umbanda and its appropriations. Moreover a case study has been held on the object concerned. The outcome is the gathering and systematization of informations, to disseminate the importance of the place and its customs as a meaning holder along time.

**Palavras-Chaves:** Umbanda; Cultural Heritage; Register; Ouro Preto.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL.....</b>	<b>12</b>
2.1. DO MATERIAL AO IMATERIAL .....	12
2.2. LEIS E INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO RELACIONADOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL .....	15
<b>3. O CENÁRIO RELIGIOSO NO PATRIMÔNIO IMATERIAL .....</b>	<b>19</b>
3.1. SINCRETISMO RELIGIOSO .....	19
3.2. AS MANIFESTAÇÕES DE MATRIZ AFRICANA INSERIDAS NO CATOLICISMO	21
<b>4. A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA E DA CULTURA PELA UMBANDA.....</b>	<b>24</b>
4.1. A HISTÓRIA DA UMBANDA .....	24
4.1.1. CONCEITO DE TERREIRO .....	26
4.1.2. O SURGIMENTO DA UMBANDA .....	27
<b>5. CENTRO ESPÍRITA TRÊS PODERES .....</b>	<b>30</b>
5.1. O CULTO NO CENTRO ESPÍRITA TRÊS PODERES .....	30
5.2. REGISTRO DE PRÁTICAS DO CENTRO ESPÍRITA TRÊS PODERES .....	30
5.2.1 FESTA DOS ERÊS (29/09/2018).....	31
5.2.2 FESTA DE OBALUAÊ (17/12/2018).....	36
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Constituída de diferentes símbolos derivados da cultural africana, europeia e indígena, a Umbanda é uma religião brasileira com um rico patrimônio cultural, repleto de signos, tradições, cantos, festas, práticas, conhecimentos, entre outros elementos que a fundamenta e legitima.

A Umbanda e as demais manifestações afro-brasileiras são expressões de resistência, uma vez que, utilizando-se do sincretismo religioso, encontraram uma forma de preservar sua cultura e crenças, mantendo-as vivas apesar da oposição (FERRETI, 2006; PRANDI, 2003).

Destacando a importância da cultura tradicional e popular como forma de expressão de determinados grupos e sua relevância como patrimônio comum da humanidade, “a cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre” (ICOMOS, 1985). As culturas tradicionais, que se manifestam principalmente pela tradição oral, correm risco de apagamento, caso não haja conscientização de sua importância e da necessidade de sua preservação (Recomendação de Paris, 1989).

Assim, é importante entender os significados das manifestações africanas na cidade de Ouro Preto, em especial as de caráter religioso como a Umbanda, e sua relevância para a cidade e os cidadãos, uma vez que se encontram inseridas no contexto de uma cidade Patrimônio da Humanidade.

O presente trabalho é, sobretudo, um registro de patrimônio imaterial e se divide em quatro capítulos. O primeiro, “A evolução do conceito de Patrimônio Imaterial”, mostra o caminho do Patrimônio, do material ao imaterial, desde as discussões iniciais até o momento atual. Mostra também a criação e implementação de ferramentas de preservação. O segundo, “O cenário religioso no Patrimônio Imaterial”, fala sobre a influência do catolicismo nas manifestações de matriz africana e o sincretismo ocorrido no Brasil. O terceiro, “A produção da memória e da cultura pela Umbanda”, trata da importância do registro para a preservação das práticas culturais e religiosas, discorrendo sobre o processo histórico pós-abolição e o surgimento da Umbanda como expressão e resistência cultural e religiosa. Trazendo, por fim, no quinto capítulo, um registro de práticas do Centro Espírita Três Poderes, localizado em Ouro Preto, MG.

Assim, o objetivo desse estudo é produzir esse registro de práticas do Centro Espírita Três Poderes, como estudo de caso dos significados de suas práticas atribuídos ao longo de sua história, desde o início de sua conformação até os dias atuais, com sua visibilidade como terreiro de Umbanda.

Para desenvolvimento deste trabalho partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo de caráter explanatório-descritivo, da construção do conceito cultura e de patrimônio cultural e imaterial. Para isso, utilizou-se como referencial as cartas patrimoniais, as revistas publicadas pelo IPHAN, além de importantes autores no campo do patrimônio como Choay (2001), Castriota (2003;2009), Sant'Anna (2009), entre outros.

A pesquisa bibliográfica buscou abranger os mais diversos estudos e documentos relevantes à área pesquisada, ou seja, foi realizada utilizando-se dos principais autores, tanto nos livros quanto em teses e monografias, periódicos e revistas, instrumentos legais, entre outras publicações relativas ao Patrimônio, à cultura e as manifestações africanas e afro-brasileiras, em especial à Umbanda. “Sua finalidade é colocar o pesquisador com contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.183).

A pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186). A pesquisa tem caráter explanatório-descritivo, uma vez que “tem por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.188).

Em seguida fez-se uma análise da formação da Umbanda no Brasil, ressaltando a questão do sincretismo religioso inerente à mesma, além de identificar práticas afro-brasileiras inseridas no campo do patrimônio. Após a realização da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma análise documental a fim de conhecer a trajetória história do Centro Espírita Três Poderes, com uma investigação de sua formação e das transformações ocorridas ao longo do tempo e, finalmente, elaborado o registro referente às práticas do mesmo.

Como estudo de caso para este Trabalho Final de Graduação, optou-se por analisar o espaço de culto afro-brasileiro, conhecido popularmente como Terreiro, na cidade de Ouro Preto, MG. Para tal, foi selecionado o Centro Espírita Três Poderes, localizado na Praça Cesário

Alvim, Barra, Ouro Preto. É importante frisar que a escolha do local foi fundamental para a pesquisa, uma vez que a elaboração da mesma foi feita *in loco*, no momento em que as manifestações aconteceram. Portanto foi essencial que o local escolhido para a análise fosse de fácil acesso.

Além disso, o fato da pesquisadora ter um conhecimento prévio do local e ter tido um contato inicial com os dirigentes do Terreiro, também foram fatores que influenciaram a escolha do mesmo.

Para fazer esse estudo tornou-se necessária a revisão de literatura. Primeiramente uma revisão teórica da construção do conceito de cultura e de patrimônio cultural, em especial do conceito de patrimônio intangível. Em um segundo momento, foi relevante uma pesquisa histórica sobre a Umbanda, com uma análise de como se deu sua formação no Brasil.

Assim, foram constituídos registros fotográficos de algumas das celebrações promovidas pelo terreiro estudado. Tais registros fotográficos, entre outros assuntos, focalizam prioritariamente os espaços sagrados e profanos do terreiro e as performances ritualísticas ou mesmo cotidianas em que figuram lideranças religiosas, oficiantes especializados e demais adeptos. Dois registros fotográficos são apresentados neste trabalho: 1) Festas dos Erês; 2) Festa de Obaluaê.

## 2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

### 2.1. DO MATERIAL AO IMATERIAL

Etimologicamente a palavra “patrimônio” se refere à herança paterna, aos bens familiares e a quaisquer bens, materiais ou morais. Sua origem, como cita Choay (2001, p. 11), está ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”.

Já para a UNESCO (1972) a noção de patrimônio que se vem conformando desde 1948 e sua definição é ampla: inclui monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras de arte, parques naturais, paisagens modificadas pelo homem, ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular.

Com a abrangência do termo patrimônio nos dias atuais, ele se adapta às várias categorias, tais como bens históricos, culturais, arquitetônicos, etnográficos, artísticos, linguísticos, ecológicos e/ou genéticos. Os patrimônios materiais, imateriais e intangíveis são sempre, segundo estudos de Gonçalves (2009), aqueles “envolvendo elementos de ordem simbólica”.

Segundo Abreu (2008, p. 48), “de acordo com a tradição da Escola Sociológica Francesa, pode-se dizer que a categoria patrimônio está inserida no contexto das grandes categorias do espírito humano e serve para distinguir e demarcar valores sociais”

O reconhecimento inicial do patrimônio se deu com os monumentos, significativos por seus valores históricos e estéticos. Com a Revolução Francesa, o medo da perda, da destruição dos monumentos e de vestígios da história, fez com que surgisse a noção de patrimônio nacional para a salvaguarda de bens “antes pertencentes ao clero e à nobreza, que foram transformados em propriedades do Estado” (SANT’ANNA, 2009, p. 50). Conforme aponta Choay (2001, p. 177), “ a noção de patrimônio urbano histórico, acompanhada de um projeto de conservação, nasceu na própria época de Haussmann, mas na Grã-Betanha, sob a pena de Ruskin. ”

A expressão patrimônio histórico, de acordo com Choay (2011):

[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p.11)

Mais tarde, com a Carta de Veneza (1964), o conceito de patrimônio se ampliou:

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (Carta de Veneza, 1964)

No Brasil, as políticas preservacionistas têm como marco principal a Semana de Arte Moderna de 1922. “A Semana traz à cena cultural novos valores estéticos identificados com as vanguardas europeias, mais simultaneamente voltadas para a valorização de um passado até então desprezado e a ruptura com o academicismo então vigente” (IPHAN, 2015). Contudo o movimento modernista não foi o movimento pioneiro a se preocupar com as questões de preservação do patrimônio edificado no país, estas já eram consideradas anteriormente.

Em 1930, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na época denominado Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o objetivo de preservar a cultura brasileira e fortalecer a identidade nacional. Durante muito tempo o IPHAN trabalhou para a preservação de bens materiais, móveis e imóveis, onde o conceito da política de patrimônio do país limitou-se a “monumentos arquitetônicos e obras de arte erudita associados ao passado arquitetônico elitista” (SANTOS, VALE, 2000).

Em 1936, foi elaborado por Mário de Andrade um anteprojeto para um serviço federal de proteção ao patrimônio que incluía outras formas de expressões culturais com um conceito mais amplo do que a dimensão material, tais como: falares, cantos, lendas, medicina e culinária indígena. Contudo, após revisão do anteprojeto, o conceito de patrimônio foi limitado a bens móveis e imóveis através do decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, que foi a primeira legislação patrimonial do país que normatizou o tombamento aplicável somente no “plano material” e é um dos instrumentos legais do IPHAN.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, Decreto-lei 25/1937)

O artigo 4º do decreto-lei 25/1937 determina a criação de 04 livros tombos, nos quais estão inscritos todos os bens culturais sob a proteção da lei, sendo eles: 1) Livro do Tombo Histórico; 2) Livro do Tombo das Belas Artes; 3) Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e

Paisagístico e 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Ademais, com a legislação criada por este decreto não poderia ser aplicada aos saberes e aos fazeres culturais.

Apenas após a Segunda Guerra, com a criação da UNESCO em 1940, é que as práticas culturais começaram a ser vistas e somente em 1972, com a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural foi que a preservação dos valores imateriais se expandiu para os países ocidentais, onde “estes reconheceram sua validade a partir da criação de um conjunto de normas relacionadas à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações que deveriam ser seguidas” (VALADÃO, 2012, p. 52).

A Constituição Federal de 1988, com os artigos 215 e 216, foi um marco na ampliação do conceito de patrimônio, nela nota-se o cuidado com o patrimônio imaterial e origina-se a denominação “Patrimônio Cultural Brasileiro”, definição ampliada no artigo 216, em que foram incorporados os bens materiais e os imateriais.

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais.

1º O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

2º Cabem a administração pública, na forma de lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988)

Conforme diz Valadão (2012), “as categorias de patrimônio se expandiram do material ao intangível, embasando em certos momentos as lutas simbólicas identitárias, através de movimentos em que buscavam demarcar seus espaços e preservar sua cultura, suas memórias”.

Outro avanço nas políticas culturais brasileiras foi a criação do decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000, que cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e estabelece o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constitui o patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 2000).

Os bens que integram os patrimônios contemplados pelo Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) são compreendidos como:

“as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”; e ainda “toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas, que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado”. (IPHAN, 2006)

O PNPI propõe ações para a realização de inventário, registro e salvaguarda dos bens culturais – instrumentos de preservação que serão abordados mais adiante - é executado em âmbito nacional pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan; e, no âmbito local, pelas superintendências estaduais, além do suporte dado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) (IPHAN, 2006).

## 2.2. LEIS E INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO RELACIONADOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL

“Nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais” (CASTRIOTA, 2009). A Carta de Burra (originalmente adotada em 1979 e revista quatro vezes até 2013) estabelece que o objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um lugar ou bem. Para tanto, os processos de conservação de um bem devem envolver a participação dos grupos e comunidades que atribuem importância e significado a esse bem. Assim, a Carta de Burra estabelece que:

ARTICLE 2. CONSERVATION AND MANAGEMENT - 2.1 Places of cultural significance should be conserved. 2.2 The aim of conservation is to retain the cultural significance of a place. 2.3 Conservation is an integral part of good management of

places of cultural significance. 2.4 Places of cultural significance should be safeguarded and not put at risk or left in a vulnerable state.<sup>1</sup>

ARTICLE 12 – PARTICIPATION - Conservation, interpretation and management of a place should provide for the participation of people for whom the place has significant associations and meanings, or who have social, spiritual or other cultural responsibilities for the place. (ICOMOS AUSTRALIA, 2013)<sup>2</sup>

O tombamento é o instrumento de preservação do patrimônio cultural mais antigo. Foi instituído em 1937, por meio do Decreto-Lei n.25, e permaneceu muito tempo como o único instrumento da política de preservação; por isso, ainda costuma ser entendido como seu sinônimo. Já se utilizou o tombamento para proteger 1.219 bens culturais de natureza material (IPHAN, 2012). O objetivo de um tombamento é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição ou descaracterização dos bens. José Cretella Júnior coloca que “se tomar é inscrever, registrar, inventariar, cadastrar, tombamento é a operação material da inscrição do bem, móvel ou imóvel, no livro público respectivo. Tombamento é também o ato administrativo que concretiza a determinação do poder público no livro do tomo” (CRETELLA, 1992 *apud* SILVA, 2012).

Em 1997, durante um Seminário Internacional de Patrimônio Imaterial promovido pelo IPHAN em Fortaleza, foram discutidas estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial que resultaram na proposta a criação de um instrumento legal sobre a salvaguarda. Esse seminário resultou na Carta de Fortaleza que recomendava a criação de um instrumento de preservação dos bens de natureza imaterial, sendo o registro apontado como principal meio. O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é o instrumento que realiza a preservação do patrimônio cultural, ele foi instituído como “reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial” (SANT’ANNA, 2000). De acordo com o Decreto-Lei 3551/2000, o registro se efetiva por meio da inscrição do bem em um ou mais de um dos seguintes livros:

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

---

<sup>1</sup> Artigo 2º - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – Os lugares de significado cultural devem ser conservados; O propósito da conservação é permitir ao lugar manter o seu significado cultural; A conservação é parte integral dos processos de boa gestão dos lugares de significado cultural; Os lugares de significado cultural devem ser salvaguardados e não devem ser colocados em risco ou deixados em uma condição vulnerável. (Tradução nossa).

<sup>2</sup> Artigo 12 – PARTICIPAÇÃO – A conservação, a interpretação e a gestão de um sítio ou lugar devem propiciar a participação das pessoas para as quais o lugar tenha associações ou significados relevantes ou daqueles que são social, espiritual ou culturalmente responsáveis pelo lugar (Tradução nossa).

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (BRASIL, 2000).

De acordo com o artigo 6º, inciso II, do Decreto 3551/2000, cabe ao Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, assegurar ao bem registrado sua ampla divulgação e promoção. A Coordenação-Geral de Salvaguarda (CGSG) do Departamento de Patrimônio Imaterial é a unidade responsável pelo estabelecimento das diretrizes para a execução desta atribuição.

A inscrição de bens nos Livros de Registro do Iphan contribui não só para o reconhecimento e a valorização do papel de uma determinada manifestação cultural na formação da cultura brasileira, como também para incentivar o envolvimento da sociedade na tarefa de preservar esses bens e para criar possibilidades de auxílio na sua salvaguarda por parte de instituições públicas e privadas, em nível federal, estadual e municipal, de organismos internacionais e, sobretudo, de cada cidadão.

Outro instrumento de preservação é o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), um instrumento de conhecimento de bens culturais de qualquer natureza complementar ao registro. Quando se fala em inventariar os bens culturais de um lugar ou de um grupo social fala-se em identificar bens culturais que remetem às referências culturais desse lugar ou grupo. Sendo assim, o INRC é um instrumento para conhecer e documentar bens culturais, como também para conhecer o valor atribuído pelos grupos sociais a esses bens.

O inventário é um instrumento técnico de preservação que busca identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, “sua metodologia tem a liberdade de ir do geral ao particular, do material ao imaterial, da tradição à reinvenção, pois não se prende a nenhum paradigma imobilizador ou museificante” (CASTRIOTA, 2009). Seu principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.

Os Planos de Salvaguarda são outros importantes instrumentos que “vão atuar na melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução, que possibilitam a

existência do bem cultural de forma a apoiar sua continuidade de forma sustentável” (CASTRIOTA, 2009).

Em 2010, um novo instrumento passou a ser utilizado para o reconhecimento e a valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL (Decreto nº 7.387, de 09 de dezembro de 2010). (IPHAN, 2012).

O registro, de ordem legal e o inventário, de ordem técnica, são os principais instrumentos relacionados ao Patrimônio Imaterial.

A questão do patrimônio imaterial nas políticas de patrimônio cultural é algo recente. “A categoria ‘patrimônio’, tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas” (GONÇALVES, 2009, p.27). E de acordo com Fonseca “a imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão ‘patrimônio intangível’ seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz que não se materializa em produtos duráveis” (FONSECA, 2009, p. 68).

Algumas das políticas patrimoniais culturais citadas vêm aos poucos contribuindo para que a cultura africana e afro-brasileira, que lutam pela preservação de suas tradições e identidade, sejam reconhecidas. De acordo com o IPHAN, o resultado de pesquisas históricas e antropológicas realizadas entre os anos de 2006 e 2007 levaram à identificação dos aspectos que constituem a capoeira como prática cultural, tendo esta ansiado em 2008 dois Registros como “Patrimônio Cultural do Brasil”: O Ofício dos Mestres de Capoeira, inscrito no Livro de Registro dos Saberes e a Roda de Capoeira, inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão. Bens reconhecidos como patrimônio imaterial de acordo com o Decreto nº 3.551/2000.

Apesar da importante participação que as manifestações de origem africana, religiosas e/ou culturais, tiveram na formação da identidade nacional, elas foram excluídas, muitas vezes marginalizadas, e mantidas no esquecimento para privilegiar a memória da classe dominante, que tinha como intenção a sociedade aos padrões da cultura europeia.

### 3. O CENÁRIO RELIGIOSO NO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Este capítulo visa tratar acerca das maneiras em que as práticas culturais de vínculo dos elementos do catolicismo e das manifestações de matrizes africanas vêm sendo compreendidas por alguns estudiosos de religiões de matrizes africanas no Brasil. Para isso, será ressaltado o emprego atual do elemento sincretismo e seus diferentes significados tomados em diferentes situações, e também algumas contribuições recentes que irão aprofundar no universo simbólico-religioso da Umbanda no Brasil, com foco em Minas Gerais.

#### 3.1. SINCRETISMO RELIGIOSO

O termo 'sincretismo' tem sua origem em Plutarco e caracterizava uma união das cidades cretenses, normalmente inimigas, diante de ameaças externas. Desde o Renascimento a palavra serve para designar, positiva e negativamente, compilações sintéticas de cunho cultural. Na época do confessionalismo se tornou um conceito antiecumênico, até emergir no século XIX como um instrumento utilizado nas ciências da religião. Aí então foi empregado com a finalidade descritiva ou polêmica, no estudo histórico do cristianismo, já que este, em seu desenvolvimento, absorveu elementos culturais e religiosos de seu contexto. Neste sentido, muitos consideram o catolicismo um dos maiores exemplos de religião sincrética. Para as ciências da religião o sincretismo é um fenômeno que acontece, sem conotação positiva ou negativa. Ao analisá-lo, contudo, os estudiosos discordam claramente, devido ao diverso instrumental teórico usado para interpretá-lo e aos pressupostos subjetivos, conscientes ou não por parte dos cientistas (MIRANDA, 2001, p. 109).

Com referência ao sincretismo religioso, José Bittencourt Filho (2003) o define o sincretismo como

a mescla, a fusão e a simbiose de elementos culturais. Tal simbiose acontece como resultado de uma nova fisionomia cultural, na qual se combinam e se somam, em maior ou menor intensidade, as marcas de culturas originárias. Por intermédio de fusões e interpretações, os indivíduos e os grupos assimilam atitudes, sentimentos e tradições de outros indivíduos e de outros grupos e, de alguma maneira, partilhando suas respectivas experiências e histórias, terminam como que incorporados numa mesma vivência cultural (BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 63).

No que diz respeito ao sincretismo religioso afro-brasileiro, Sérgio Ferreti (2006) salienta que o andamento foi uma “estratégia de sobrevivência e adaptação” dos africanos na escravidão. De acordo com o autor “trata-se de uma estratégia de transculturação que reflete a sabedoria que os fundadores também trouxeram da África e eles e seus descendentes ampliaram no Brasil” (FERRETI, 2006, p. 127).

Quando os africanos foram trazidos para o Brasil, eles trouxeram consigo suas crenças e tradições, vindo assim seus Deuses, seus Orixás

Os Navios negreiros transportaram através do Atlântico, durante mais de trezentos e cinquenta anos, não apenas o contingente de cativos destinados aos trabalhos de mineração, dos canaviais, das plantações de fumo localizadas no Novo Mundo, como também sua personalidade, a sua maneira de se comportar e suas crenças. (VERGER, 1987, p. 23)

A imposição da doutrina católica como verdade absoluta perdurou até o século XIX, quando o catolicismo deixou de ser a religião oficial. Até então, os negros, apesar de frequentar os ritos católicos e se comportarem como tal mesmo após o acontecimento do século XIX, recriaram as suas religiões, as religiões africanas de Orixás, vuduns e inquices (PRANDI, 2003, p.1).

O sincretismo religioso foi um instrumento encontrado para contornar a imposição do culto católico aos negros. Prandi (2001) aponta que foi através do sincretismo que resistiram e conseguiram manter sua identidade cultural, com ele o culto aos Orixás pôde ser feito a um santo católico, uma vez que alguns destes santos tornaram-se representações de deuses africanos que, segundo a cultura Ioruba, possuíam arquétipos humanos e eram símbolos das forças da natureza.

Vendo seus escravos dançarem de acordo com seus hábitos e cantarem nas suas próprias línguas, julgavam não haver ali senão divertimentos de negros nostálgicos. Na realidade, não desconfiavam que o que eles cantavam, no decorrer de tais reuniões, eram preces e louvações a seus Orixás, a seus vodum, a seus inkisso. Quando precisavam justificar o sentido de seus cantos, os escravos declaravam que louvavam nas suas línguas, os santos do paraíso. Na verdade, o que eles pediam era a ajuda e proteção aos seus próprios deuses. (PRANDI, 2001, p. 25)

Desta maneira, os Terreiros de Umbanda e Candomblé são espaços de manifestações culturais afro-brasileiras e são tidos, muitas vezes, com preconceito pela população. Para a compreensão desses espaços é preciso entender sua história, seus símbolos e sobretudo sua cultura, que segundo Dantas (1988) “não é simplesmente uma bagagem que a sociedade carrega consigo e conserva como um todo, não é algo acabado, mas algo que se recorta de diferentes modos para afirmar identidades e garantir interesses, sendo constantemente reinventado e investido de novos significados” (DANTAS, 1988, p.148).

Bastide (1973) verificou a existência de vários tipos de sincretismos na Umbanda, ele coloca que “em todo caso, aqui o sincretismo não é nem correspondência, nem acumulação, mas solidariedade étnica. Não é mais classificação primitiva, nem aumento do poder mágico, mas sim aglutinação de palavras e de realidade sociais de cultura em contato.”

Alguns estudiosos das ciências religiosas colocam que o catolicismo não foi imposto aos africanos, que ocorreu uma troca cultural e religiosa, fazendo com que o sincretismo também ocorresse na Igreja Católica e, assim, com que os elementos religiosos africanos se inserissem no catolicismo, como aponta Gabarra (2009),

de uma cultura crioula na África que não seja o resultado de um processo no qual apenas a cultura portuguesa penetre a cultura africana, mas o inverso também ocorra, e a cultura africana tenha influenciado também o catolicismo, tal como foi configurado na África. (GABARRA, 2009)

Deste modo, com as trocas entre africanos e europeus, ocorreu uma “catolização da religiosidade banto e africanização do catolicismo” (VAIFAS; MELLO E SOUZA, 1998, p. 17).

É possível observar elementos do catolicismo associados às manifestações de matrizes africana através tanto dos povos de terreiro quanto dos Congados. A compreensão das manifestações religiosas estabelecidas no Brasil Colonial se dá através de seus ritos que difundiram partes dessa religiosidade na cultura brasileira. Assim sendo, através do Congado “as coroações dos reis negros e a realização do Congado, que se propagaram no interior das irmandades negras coloniais e, persistindo ao longo das gerações, deram continuidade aos aspectos do catolicismo africano ainda nos dias de hoje” (RABELLO. 2018).

### 3.2. AS MANIFESTAÇÕES DE MATRIZ AFRICANA INSERIDAS NO CATOLICISMO

Em 1890, por meio do Decreto 119-A, o Brasil se tornou um Estado Laico por meio da separação entre Igreja e Estado. A partir desse decreto, instituiu-se a liberdade de crença e cultos religiosos, permitindo assim que a população manifestasse suas crenças sem a repressão do Estado. “Essa ampla liberdade, entretanto, levou mais de setenta anos para tornar-se uma realidade para os cultos afro-brasileiros; ainda assim, continuam estes a ser frequentemente atacados pela intolerância de grupos radicais de algumas seitas cristãs” (IPHAN, 2009, p. 8).

Como coloca José Bittencourt Filho (2003), “a bem da verdade, deve-se considerar a Matriz Religiosa Brasileira como resultado inerente do encontro de culturas e mundividências” (BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 49). No Brasil, com a forte repressão advinda da intolerância religiosa, o sincretismo surgiu como forma de resistência e manutenção da cultura, e assim também surgiram os Reinados, situados nas Irmandades.

Mais do que a possibilidade de oferecer auxílio e receber proteção e amparo em seus apuros e necessidades, foi o poder agir como criatura humana que levou o homem de cor a se interessar pela irmandade. Somente nela ele teve meios de se reunir aos seus semelhantes, de se comunicar, de agir em igualdade de condição com o branco, de enfrentá-lo, pois tanto as festas como as construções de templos, se revelaram poderosos vínculos de competição (SCARANO, Op Cit., 1978. p. 146).

O Congado, ou Reinado, se dá no território brasileiro a partir do século XVIII, ele é uma manifestação marcada pela diversidade cultural afro-brasileira e religiosa. No estado de Minas Gerais os grupos Congadeiros têm sido observados como uma manifestação popular. (SILVA, 2012). Vânia de Fátima Noronha Alves define o Reinado como:

o termo mais abrangente, que define um ciclo anual de festas em devoção a Nossa Senhora do Rosário e os Santos Pretos, principalmente, São Benedito e Santa Ifigênia. Envolvem realizações de novena, levantamento de mastros e bandeiras, procissões, cortejos solenes, coroações de reis e rainhas, cumprimento de promessas, leilões, cantos, danças, banquetes coletivos. Os festejos apresentam uma estrutura organizacional complexa, em que é possível identificar aspectos simbólicos e significantes, representando o legado de nações africanas em nosso país. (ALVES, 2008, p. 36).

Apesar de ser uma manifestação associada ao catolicismo, anunciando-se em nome de um determinado santo, especialmente Nossa Senhora do Rosário (SILVA, 2014), os Congados sofreram muita repressão e “diversas foram as ações dos agentes eclesiásticos em proibir o Congado, seja por ordens expressas ou com matérias pejorativas a respeito dessa manifestação cultural” (PIRES, 2009). Essas ações levaram a proibição das manifestações por um tempo, e estas se depararam com muitos percalços para se reestabelecer.

O fato de ter sido descaracterizado como celebração religiosa, no decorrer da década de 50, caracterizou o Congado como algo profano, demonstrando a posição da Igreja Católica sobre essa manifestação e reforça o preconceito pelas práticas associadas aos negros (PIRES, 2009). Um colunista da Gazeta de Minas, conhecido como Zé Canela de Ferro, afirmou, entre outros comentários racistas, que “Esses espíritas de macumba deviam dar um passeiozinho à África ou à Índia, onde sua majestade infernal tem templos e adoradores” (Gazeta de Minas, 1959 *apud* PIRES, 2009). É notável, assim, que mesmo com a separação do Estado e Igreja, ocorrida no século XIX, as manifestações culturais e religiosas, marcadas pelo sincretismo religioso entre a cultura africana e europeia, vivenciaram e ainda vivenciam inúmeras repreensões.

O sincretismo religioso marca a história de perseguição do negro escravo, em sua ânsia para manter vivas sua cultura e religião, ainda que mesclando seus elementos aos de outras

culturas, pois assim o fazia com o propósito de continuidade. Compreender a maneira pela qual essa sociedade aprendeu a criar determinada imagem é relevante para esse estudo.

E como resultado esse sincretismo foi “nem África pura, nem Catolicismo europeu. Do ponto de vista religioso e do ponto de vista cultural” (SANCHIS, 1997). Foi algo diferente das suas origens e não apenas “manobra de subsistência cultural, pois, ao incorporar devoções católicas e crenças de procedências distintas, os africanos acabaram por ensejar a possibilidade de uma nova experiência religiosa e uma religiosidade inerente” (BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 61 – 62).

Assim como o Congado, outras manifestações afro-brasileiras de cunho religioso e cultural, enfrentaram diversas adversidades desde o início. Com a Umbanda não foi diferente. A religião afro-brasileira sofreu e ainda sofre com o preconceito advindo do desconhecimento das suas práticas e símbolos, como será apresentado adiante.

#### **4. A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA E DA CULTURA PELA UMBANDA**

Perante a percepção proposta na pesquisa, o âmbito da Umbanda tem demonstrado sua multiplicidade a cada passo adentro de seu universo, reafirmando a pluralidade de detalhes e da importância da experiência. Entendendo essa multiplicidade, não se busca adentrar sua totalidade, mas sim compreender alguns de seus principais fundamentos com o intuito de analisar e explicitar a relação destes com o local em que está inserido.

Apesar dos contratemplos, com a compreensão do processo de pesquisa nota-se que um dos principais elementos do grupo em estudo é a tradição oral, passada através do conhecimento passado pelas gerações e da importância espiritual de cada integrante. Uma vez que muitas dessas histórias não estão registradas, várias indagações passam pela mente quando o assunto diz respeito as religiões de matriz africana, reconhecidas principalmente pelo candomblé e pela umbanda, e, portanto, recompor o desenvolvimento dessas religiões torna-se uma tarefa difícil tendo em conta todos os processos operantes.

Enfim, segundo da Silva (2005), vale realçar que essa religião, ainda que seja um conjunto de práticas simbólicas e credos relativos ao mundo oculto dos seres, ela não se compõe a não ser como uma forma de expressão fortemente relacionada à vivência social dos grupos que as praticam.

##### **4.1. A HISTÓRIA DA UMBANDA**

Com a chegada dos colonizadores portugueses no Brasil, vários costumes e tradições também abarcaram. Com o estímulo das novas economias no país, índios passaram a ser escravizados como mão-de-obra, sendo substituída pela do negro. Foi então nas primeiras décadas do século XVI que teve início a chegada dos negros africanos no Brasil. E segundo Silva (2005), foi dessa maneira que até fins do século XIX, o Brasil manteve seus ciclos econômicos de mão-de-obra escrava.

Assim, para tratar sobre as origens das religiões afro-brasileiras, é necessário dissertar rapidamente sobre o encontro dos tipos de religiosidade em contato durante a colonização portuguesa no Brasil: o catolicismo, proveniente dos colonizadores; os rituais dos grupos indígenas já presentes no Brasil; as crenças de diversas partes da África e o Kardecismo, doutrina reencarnacionista advinda das correntes francesas do início do século XX.

Da Silva (2005) diz que um ambiente altamente religioso marcou a história da formação brasileira. Além de ser religião oficial, o catolicismo era uma religião obrigatória. No início da colonização, seguir outra fé além da cristã era um ato sujeito a punições e repressões. Estabelecendo-se através desses artifícios, com o passar dos anos tornou-se habituado ao cotidiano colonial, representado por festas, procissões e outras atividades.

No que diz respeito a cultura indígena, historiadores apontam a hostilidade com que foram tratados com a chegada dos colonizadores, tendo nas missões jesuítas uma maneira de imposição de novos costumes. Todavia, para Silva (2005), os grupos indígenas, mesmo catequizados, ainda mantiveram algumas de suas crenças e tradições, como geralmente acontece com choque de culturas distintas. Atualmente é difícil reconstruir o que teriam sido as religiões originais desses índios, é capaz apenas de ter uma ideia das características dessa religiosidade pelas poucas informações que se tem (SILVA, 2005).

Quanto às religiões africanas, sabe-se que etnias diversas desembarcaram nos portos brasileiros e que o contato entre as várias nações africanas e entre estas e os brancos já eram frequentes em períodos anteriores à deportação dos grupos negros para o Brasil (SILVA, 2005). Segundo Silva (2005), de um lado era estabelecido o modelo autoritário da família patriarcal da casa-grande, onde a autoridade total pertencia ao senhor de engenho. Do outro, estavam os princípios e costumes que os negros escravizados tentavam preservar. Ilustrado por uma das leis do acordo entre a Coroa portuguesa e a Igreja católica, que afirmava que o escravo tinha que ser batizado em no máximo cinco anos após sua chegada no Brasil, todavia, o batismo e o uso de nomes cristãos não lhe asseguravam nenhuma melhora no tratamento.

Dessa forma, as religiões africanas eram definidas pela crença em deuses que incorporam em seus filhos, além de se embasarem na magia. Por essa razão, não muito distante da atual época, da Silva (2005) coloca que as manifestações religiosas africanas eram tidas como práticas diabólicas pelas autoridades eclesiásticas, da mesma maneira que tinha ocorrido com os rituais indígenas, que permaneceu por mais alguns séculos. Dessa maneira, segundo Honaiser (2006), mesmo os cultos africanos estando frequentemente nas senzalas, sua aceitação pela sociedade nunca aconteceu totalmente, observando-se até hoje, que vários seguidores da umbanda ou do candomblé ainda tem receio expor sua religiosidade, bem como diversas casas dessas religiões ainda não identificarem suas práticas no todo. Esse processo acontecido a partir da chegada dos colonizadores, não apenas no Brasil, pode ser compreendido como parte de um

processo de hibridização cultural, o qual é definido pela “miscigenação” de diferentes matrizes culturais.

Alguns autores partem da ideia do hibridismo como um processo marcado por uma ambivalência e antagonismos resultantes da negociação cultural. Negociações essas que tem como pano de fundo, relações assimétricas de poder e os atores envolvidos, encontram-se em posições de legitimidade distintas. (SOUSA, 2012, p.4).

Diante disso, ainda que enfraquecidos socialmente, a identidade cultural dessas populações expostas pôde se condicionar pela religião. Para Honaiser (2006), o sincretismo religioso adotado fez com que diversas celebrações pudessem ser mantidas, tornando-se método de sobrevivência.

Mesmo com a alforria dos escravos em 1888, a ratificação da Constituição Republicana em 1889 e a desvinculação da Igreja e do Estado, em 1980, a república ainda censurava algumas religiões, como o Espiritismo. De acordo com Jensen (2001), esta censura era principalmente para com as religiões afro brasileiras, consideradas como baixo espiritismo. Com esta definição o preconceito social com os seguidores destas religiões já fica subentendido.

Essas religiões afro brasileiras constituíram um fato relativamente novo na história religiosa do Brasil. Segundo Jensen (2001), estas novas religiões surgiram inicialmente no subúrbio brasileiro, onde conseguiam se organizar e ter maior liberdade de ação, e depois se espalharam por todo o país e assumiram diversos nomes e ramificações como Tambor de Minas, Xangô, Catimbó, Candomblé, Macumba e Batuques.

#### 4.1.1. CONCEITO DE TERREIRO

Tendo o terreiro como espaço único, em virtude da sua pluralidade de compreensão, os terreiros de umbanda e candomblé assumem traços da cultura afro brasileira e hoje em dia ainda são vistos de maneira preconceituosa pela sociedade. Frequentemente isso pode ser percebido pela inserção dos mesmos no espaço urbano, estando camuflados entre construções. Assim, para a compreensão desses espaços, busca-se aspectos históricos de sua origem. Com base no que foi apresentado, a Casa Branca do Engenho Velho, o primeiro terreiro de candomblé no Brasil, localizado na Bahia, tem sua estruturação datada por volta de 1830.

Muitas mulheres originárias do Kêto, antigas escravas libertadas, pertencentes à irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da Igreja da Barroquinha, teriam tomado iniciativa de criar um terreiro de Candomblé chamado Ìya Omi Àse Intilè, numa casa localizada na ladeira

do Berço, hoje Rua Visconde de Itaparica, Próxima à Igreja da Barroquinha (VERGER, 1981, Apud. HONAISSER, 2006).

Honaiser (2006) aponta que a partir do terreiro da Barroquinha, precursor da Casa Branca, iniciou-se a difusão das “casas-de-santo”, pois habitualmente um terreiro surge a partir de outro. Mas isso não quer dizer que todos os terreiros brasileiros possuem descendência direta do terreiro da Barroquinha. Ele somente foi o primeiro a se legitimar como espaço de culto, ainda que, no início, ainda permanecesse na clandestinidade (HONAISSER, 2006). Assim sendo, o terreiro configura-se como o espaço religioso utilizado pelas religiões afro brasileiras, que apresenta organização espacial singular e variada.

#### 4.1.2. O SURGIMENTO DA UMBANDA

Alguns estudiosos salientam que, independentemente da censura das práticas religiosas, ocorrida entre os séculos XVI e XIX, época em teve marcante importação de escravos, os negros, vindos sobretudo de Angola, do Congo e da Nigéria, conseguiram manter seu legado étnico, passando e desenvolvendo sua cultura e religião.

Em “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” Darcy Ribeiro interpreta que:

Na confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo num modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam (RIBEIRO, 1996, P.38).

No Brasil, as religiões afro se diferem em duas correntes principais: o candomblé, com suas nações oriundas de diversos ritos da África, e a umbanda, como a primeira religião unicamente brasileira, revelada no século XX. Essas religiões podem ser diferenciadas, apesar de possuírem base ritualística semelhantes. Em relação às práticas e rituais, na umbanda as consultas são feitas por meio dos espíritos de Caboclos, Preto-Velhos, Baianos, Exus, etc. Já no candomblé as consultas são feitas por intermédio do “jogo de búzios” ou “ifá”, não permitindo a comunicação de espíritos (eguns), sendo vetada sua incorporação (SARACENI, 2017).

A Umbanda pode ser considerada uma síntese de diversas tradições religiosas, com base nos diferentes grupos étnicos e sociais brasileiros, surgida durante um período de repressão, o Estado Novo, culminado pela ditadura de 1937. Identifica-se como seu fundador, o médium carioca Zélio de Moraes, que era de classe média, branco, filho de um adepto do kardecismo. De acordo com Honaiser (2006), ele foi o primeiro médium a abrir uma casa (terreiro) designada ao desenvolvimento das linhas umbandistas.

Segundo Linares, Zélio Ferdinando de Moraes, aos 17 anos, estava acometido de uma moléstia, na qual assumia a postura de um idoso, falando coisas desconexas, como se fosse outra pessoa. Após consultar um médico da família, Dr. Epaminondas de Moraes, diretor do Hospício Vargem Grande, este disse que não se tratava de nenhum distúrbio físico e indicou-o um padre, pois achava que o sobrinho estava endemoniado. Foram realizados, ao todo, 3 rituais de exorcismo, mas nada adiantou. Foi indicado que procurasse a recém-inaugurada Federação Kardecista de Niterói. Em 15 de novembro de 1908, nessa Federação se deu a primeira manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas (SARACENI, 2003, p. 21, apud. HONAISSER, 2006, p.72).

A primeira manifestação da Umbanda, sem vínculos com o kardecismo e/ou candomblé, aconteceu em São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1908 quando o médium Zélio Fernandino de Moraes recebeu o Caboclo Sete Encruzilhadas. Peixoto (2008) aponta que:

Às 20 horas em ponto, manifestou-se o Caboclo das Sete Encruzilhadas, para declarar que naquele momento se iniciava um novo culto, em que os espíritos de velhos africanos escravos e de índios brasileiros, os quais não encontravam campo de atuação nos remanescentes das seitas negras, já deturpadas e dirigidas em sua totalidade para os trabalhos de feitiçaria, trabalhariam em benefício de seus irmãos encarnados, qualquer que fosse a cor, a raça, o credo e a condição social. A prática da caridade, no sentido do amor fraterno, seria a característica principal do culto que teria por base o Evangelho de Jesus (PEIXOTO, 2008, p.20).

Já Moraes (2010) aponta que:

Diferentemente da religião dos orixás, a umbanda, com seus caboclos, exus e pretos-velhos, começou a organizar-se não com a intenção de reconstruir uma África no Brasil. Tampouco buscou um retorno nostálgico ao passado negro. A umbanda surgiu como algo novo, em um período marcado por uma revolução de idéias acerca da brasilidade, em meio ao avanço de uma sociedade urbana e industrial. Esses aspectos são preponderantes na formação da religião, que reúne elementos africanos, indígenas e europeus, reproduzindo no campo religioso a fábula das três raças formadoras da sociedade brasileira, e que apresenta uma hierarquia não mais baseada em um parentesco mítico, como o candomblé, mas em uma estrutura mais burocratizada, típica das sociedades modernas. (MORAIS, 2010, p.40)

A diversidade é apresentada nas várias influências de outras doutrinas na umbanda. É provável encontrar seguidores da umbanda que praticam a religião em combinação com o catolicismo, com o candomblé, com o espiritismo. Segundo Birman (1985), não há limites na umbanda para combinar, alterar, integrar práticas religiosas existentes dentro e fora desse

âmbito “afro brasileiro”. É possível perceber que os umbandistas articularam formas próprias de cuidar da sua religião.

Federações foram criadas com o intuito de determinar formas de relacionamento entre vários terreiros de umbanda e tentar encarar o problema de conviver com maneiras de organização dispersas. Birman (1985) salienta que a mesma dificuldade se repete no plano doutrinário, exemplificada nas sensíveis distinções no estilo das práticas dos terreiros. Todavia, essas diferenças não impossibilitam a existência de uma crença coletiva e de alguns fundamentos respeitados por todos. Desse modo, há certa unidade na diversidade (BIRMAN, 1985).

## 5. CENTRO ESPÍRITA TRÊS PODERES

Negrão (1994) afirma que a umbanda possui subcampos específicos dentro do domínio religioso global. Os terreiros funcionam como instâncias criativas do culto, sendo base de criação mística, onde a religião é vivida em sua rotina de crenças, direcionada para as conveniências específicas do local e público. Para tanto, a necessidade de compreender a atuação do objeto religioso adquire importância ao passo que essa influi no território inserido.

### 5.1. O CULTO NO CENTRO ESPÍRITA TRÊS PODERES

Localizado desde sua fundação na Praça Cesário Alvim, Barra, Ouro Preto, Minas Gerais, o Centro Espírita Três Poderes possui suas atividades voltadas para o caráter espiritualista, educativo e filantrópico. O terreiro foi fundado em 1996 por José Siqueira Alves, nascido em 06/05/1954, e por Efigênia S. M. S. Alves, nascida em 03/11/1953, e teve o objetivo de prestar assistência espiritual aos moradores do bairro e adjacências.

Desta forma, sabe-se que a umbanda do Centro Espírita Três Poderes é Omoloko, comprometida com os graus de evolução dos membros e em contínuo desenvolvimento mediúnico. É dirigida pelos mentores espirituais Rei Congo, Vó Maria Conga, Exu Tranca Ruas e Ciganinha, tendo seus trabalhos baseados no benefício ao próximo. Possui rituais adequados a cada trabalho espiritual, pautado pelos mentores espirituais por meio do médium chefe.

De acordo com o atual médium chefe, Sr. José Siqueira Alves, a umbanda praticada no terreiro possui hinos (pontos) e pontos riscados. Bem como, pontos chaves de descarrego, pontos de segurança, oferendas aos Orixás.

### 5.2. REGISTRO DE PRÁTICAS DO CENTRO ESPÍRITA TRÊS PODERES

A seguir, apresenta-se o registro de duas práticas religiosas do Centro Espírita Três Poderes: a *Festa dos Erês* e a *Festa de Obaluaê*. Esses registros foram feitos em 2018, em setembro e dezembro, respectivamente. Essas práticas foram acompanhadas pela autora do trabalho, que se responsabilizou pela produção das imagens fotográficas da segunda. Não houve registro por meio de gravações sonoras ou de filmagens, pois a autorização permitia apenas o registro através de fotografias. A autora do trabalho já conhecia essas duas práticas, já tendo anteriormente participado delas em outros anos.

## 5.2.1 FESTA DOS ERÊS (29/09/2018)

**PATRIMÔNIO IMATERIAL**  
**FORMAS DE EXPRESSÃO E CELEBRAÇÃO**

*A prática religiosa do Centro Espírita Três Poderes*

<b>Município</b>	<b>Ouro Preto</b>
<b>Distrito</b>	Ouro Preto
<b>Espaço</b>	Centro Espírita Três Poderes
<b>Designação</b>	Festa dos Erês
<b>Ornamentação</b>	Durante a festa o espaço é todo decorado com a temática infantil, com balões e mesa de doces e bolo.
<b>Tempo</b>	27/09, dia de São Cosme e Damião, ou no sábado mais próximo.
<b>Histórico (Origens e/ou motivos)</b>	
A festa dos Erês, em homenagem a São Cosme e Damião, é realizada todo mês de setembro desde 1996, ano de fundação do Centro Espírita Três Poderes.	
<b>Descrição</b>	
<b>Programa e descrição das atividades/celebração</b>	Festa dos Erês
<b>Organizadores</b>	José Siqueira Alves, Efigênia S. M. Siqueira Alves e médiuns do terreiro.
<b>Participantes</b>	Médiuns do terreiro, comunidade ouropretana e visitantes.
<b>Público</b>	Comunidade ouropretana.
<b>Transformações</b>	Não teve transformações significativas.
<b>Problemas detectados</b>	Não foram detectados problemas
<b>Proteção legal proposta</b>	Registro

**Documentação fotográfica:**

Fotos: Alessandra Torres

Data: 29/09/2018



Foto 01: Abertura da Festa dos Eres.



Foto 02: Abertura da Festa dos Eres com toques de atabaque.



Foto 03: Abertura da Festa dos Eres.



Foto 04: Abertura da Festa dos Eres.



Foto 05: Abertura da Festa dos Eres.



Foto 06: Abertura da Festa dos Eres.



Foto 07: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 08: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 09: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 10: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 11: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 12: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 13: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 14: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 15: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 16: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 17: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 18: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 19: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 20: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 21: Vista dos frequentadores do terreiro acompanhando a festa.



Foto 22: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 23: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 24: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.



Foto 25: Momento em que os médiuns entram em transe mediúnico.

### *Ficha Técnica*

Levantamento: Jéssika Sousa

**Data:** 29/09/2018

Elaboração: Jéssika Sousa

**Data:** 18/03/2019

Revisão: Jéssika Sousa

**Data:** 25/06/2019

A prática é marcada por duas partes principais. A primeira é o momento que se inicia o transe mediúnico, antecedido por toques de atabaque e cantos para os erês. Para essa prática têm-se o costume de fazer caruru (uma comida típica da tradição afro-brasileira), chamado também de “Caruru dos Santos”; além disso são distribuídos doces e guloseimas para os erês e frequentadores. Após o transe mediúnico, os participantes encerraram a festa se cumprimentando e se despedindo dos Erês (Santos Cosme e Damião), com a distribuição dos doces e guloseimas entre os presentes.

#### 5.2.2 FESTA DE OBALUAÊ (17/12/2018)

### **PATRIMÔNIO IMATERIAL FORMAS DE EXPRESSÃO E CELEBRAÇÃO**

*A prática religiosa do Centro Espírita Três Poderes*

<b>Município</b>	Ouro Preto
<b>Distrito</b>	Ouro Preto
<b>Espaço</b>	Centro Espírita Três Poderes
<b>Designação</b>	Festa de Obaluaê
<b>Ornamentação</b>	Durante a festa um pano branco é estendido no chão, com vela branca e um copo de água nos seus quatro cantos. No centro fica um cesto cheio de pipoca.
<b>Tempo</b>	17/12, desde 1996.
<b>Histórico (Origens e/ou motivos)</b>	

A festa de Obaluaê, em homenagem ao Orixá que é considerado o “médico dos pobres”, é realizada todo mês de dezembro, no dia de São Lázaro, que o representa de acordo com o sincretismo, desde 1996, ano de fundação do Centro Espírita Três Poderes.

### *Descrição*

<b><i>Programa e descrição das atividades/celebração</i></b>	Festa de Obaluaê
<b><i>Organizadores</i></b>	José Siqueira Alves, Efigênia S. M. Siqueira Alves e médiuns do terreiro.
<b><i>Participantes</i></b>	Médiuns do terreiro, comunidade ouropretana e visitantes.
<b><i>Público</i></b>	Comunidade ouropretana.
<b><i>Transformações</i></b>	Não teve transformações significativas.
<b><i>Problemas detectados</i></b>	Não foram detectados problemas
<b><i>Proteção legal proposta</i></b>	Registro

### *Documentação fotográfica:*

Fotos: Jéssika Sousa

Data: 29/09/2018



Foto 01: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 02: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 03: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 04: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 05: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 06: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 07: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 08: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 09: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 10: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 11: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 12: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 13: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 14: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 15: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 16: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 17: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 18: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 19: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 20: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 21: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 22: Benzimento com folhas da Festa de Obaluaê.



Foto 23: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 24: Banho de Pipoca da Festa de Obaluaê.



Foto 25: Encerramento e descarte das pipocas e folhas.



Foto 26: Encerramento e descarte das pipocas e folhas.



Foto 27: Imagem do Orixá Obaluaê e alguidar com pedidos colocados pelos presentes.



Foto 28: Imagem do Orixá Obaluaê e alguidar com pedidos colocados pelos presentes.

### *Ficha Técnica*

Levantamento: Jéssika Sousa

**Data:** 17/12/2018

Elaboração: Jéssika Sousa

**Data:** 18/03/2019

Revisão: Jéssika Sousa

**Data:** 25/06/2019

A festa de Obaluaê é a última celebração que ocorre no Centro Espirita Três Poderes, celebrando orixá e fazendo rituais de limpeza e cura para preparar para o ano seguinte. Após o

encerramento da festa, os médiuns “fecham a gira”, expressão usada para o encerramento da sessão ou cerimônia em que tenha havido formação de corrente vibratória, e os trabalhos no terreiro são encerrados com orações e agradecimentos aos Orixás e a todos os presentes, voltando apenas no início do ano seguinte.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado teve foco no entendimento dos conceitos relacionados ao Patrimônio Cultural de natureza imaterial e suas leis e instrumentos de preservação, como o processo de registro e as ações de salvaguarda. Também buscou-se conhecer os conceitos de sincretismo e sobre as manifestações de matriz africana inseridas no catolicismo.

O desenvolvimento desse trabalho possibilitou o estudo de um espaço relevante para a cidade de Ouro Preto, a partir de pesquisa histórica e levantamento de campo. A sistematização das informações levantadas do inventário, pode vir a servir como subsídio para futuras pesquisas na área do patrimônio.

O objetivo de desenvolvimento do inventário de algumas das práticas do Centro Espírita Três poderes foi concluído, obtendo-se um volume de 11 páginas que apresentam, caracterizam e contextualizam esse objeto. No entanto, ocorreram algumas modificações de abordagem. A proposta inicial de aplicação e questionário pretendendo entender os significados dados ao lugar e suas práticas por diferentes pessoas não foi realizada, por se tratar de um denso volume de pouco tempo para aprovação e aplicação dos mesmos. Outra mudança metodológica foi abordar apenas algumas práticas e pelo fato de haver pouco tempo para isso. Apesar disso, essas modificações não interferiram no objetivo principal, a realização do inventário.

Dada a relevância do assunto, torna-se necessário um maior aprofundamento quanto aos significados dados ao lugar e suas práticas e a relação dessas últimas com o conceito de Patrimônio Cultural. Os últimos capítulos desse trabalho abarcam o fim proposto, descrevendo e caracterizando as práticas religiosas, destacando-se o inventário como forma de reconhecimento da importância cultural das mesmas.

Diante da diversidade religiosa da própria umbanda, é relevante considerar que uma religião precisa ser observada de acordo com a estrutura social em que se insere. A inserção da Umbanda no município de Ouro Preto não se dá de forma clara, uma vez crescimento deste se dá a partir de um núcleo religioso predominantemente católico.

Além do mais, um dos principais elementos da identidade dos povos de terreiro é a tradição da oralidade, pela qual o conhecimento é passado. Assim sendo, mesmo sem qualquer publicação sobre esses povos em Ouro Preto, foi por meio das conexões pessoais estabelecidas que se compreendeu a consolidação do pertencimento do espaço.

O desejo de desenvolver essa pesquisa surge a partir de acontecimentos e discussões que envolvem a aceitação das diferenças no espaço comum e acredita-se que incluir o debate da cultura, evidenciada pelos lugares, dos símbolos, das práticas, possa ser efetivo nesse processo.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs.). E o patrimônio? Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 33– 58.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas. 2008. 251 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BASTIDE, Roger. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BIRMAN, Patrícia. O que é Umbanda. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985. 108 p.(Coleção Primeiros Passos).

BITTENCOURT FILHO, José. Matriz Religiosa Brasileira: religiosidade e mudança social. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Koinonia, 2003.

BRAGA, Júlio. Religião e cidadania. Salvador:UFBa / EGBA / OEA, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

CASTRIOTA, Leonardo B. As políticas da memória: identidade, arquitetura e cultura do lugar. Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 01, n. 02, p. 79-86, 2004.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos. Annablume, São Paulo; IEDS, Belo Horizonte, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte, 2009. P. 40 – 47.

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

DANTAS, Beatriz Góis. Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 59–79.

FERRETI, Sérgio F. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. In: BACE-LAR, Jéferson; CARDOSO, Carlos (Org.). Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, Salvador: CEAO, 2006, p. 113 – 130.

GAMBARRA, Larissa O. O Reinado do Congo no Império do Brasil: O congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Gazeta de Minas, nº454, de 31 de maio de 1959. In: PIRES, Fernanda. O Congado e sua relação com a Igreja Católica. ANHUP – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p.25-33, 2009.

HONAISSER, Fernando Alves. Terreiros: memórias e representações no espaço sagrado. 2006. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado - Deha, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/9488547>>.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Declaração do México. 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2018.

ICOMOS AUSTRALIA. The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013. s. 1., Australia ICOMOS, 2013. Disponível em: <<https://australia.icomos.org/>>.  
Acesso em: 22 nov. 2018.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O registro do patrimônio imaterial – Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Ministério da Cultura/IPHAN, 4ª ed. Brasília, 2006.

JENSEN, Tina Gundrun. Discursos sobre religiões afro-brasileiras - Da desafricanização para a reafricanização. Traduzido por Filomena Mecabô. 2001. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv1\\_2001/t\\_jensen.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/t_jensen.htm)>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas, 5ª ed. São Paulo, 2003.

MORAIS, Mariana Ramos. Nas teias do sagrado: registros da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Espaço Ampliar, 2010. 124 p.

PEIXOTO, Norberto. Umbanda pé no chão: um guia de estudos orientado pelo espírito Ramatís. São Paulo: Editora do Conhecimento, 2008. 123 p.

PIRES, Fernanda. O Congado e sua relação com a Igreja Católica. ANHUP – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

PRADO, Regina de Paula Santos. Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA, 2007.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. *In*. Civitas, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 15-34. PUC-RS. Junho de 2003.

PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Hucitec, 1997.

RABELLO, Kelly Araújo. Pelo sinal da cruz, ao som do tambor: interfaces da experiência religiosa no congado belavistano. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. SP: Cia das Letras, 1996. P. 38.

SANCHIS, Pierre. As religiões dos brasileiros. Revista Horizonte, Belo Horizonte, vº 1, nº2, p. 28 – 43, jul./dez. 1997.

SANT'ANNA, Maria. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 49–58.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos, VALE, Antônio Marques do. *Patrimônio histórico imaterial: o imaterial como avanço e conquista na legislação*. GEPFHE-UEPG. Unicamp. São Paulo, ago. 2000.

SARACENI. *As Sete Linhas de Umbanda - A religião dos Mistérios*. São Paulo: Ed. Madras, 2003.

SILVA, Daniel Albergaria. Os ternos de Congado em Minas Gerais: suas variações místicas, rituais e o esquema festivo. *Novos Debates – Fórum de Debates em Antropologia*. 2014

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Rubens Alves. *A atualização de tradições: performances narrativas afro-brasileiras*. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. 3. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005. 149 p.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. *Geografia e percepção: uma interpretação introdutória a partir da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty*. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2012, 133 p.

UNESCO, Conferência Geral da. *Recomendação de Paris*. 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>> Acesso em: 22/11/18, às 22:26

VAINFAS, Ronaldo; MELLO E SOUZA, Marina de. *Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV – XVIII*. *Tempo*, v. 3. n. 6, p. 95-118, 1998.

VALADÃO, Regina Coeli Mendes. *Tradição e criação, memória e patrimônio: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro*. 2012. 257 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003), Rio de Janeiro, 2012

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo de Benine a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio. 1987.